

CONSELHO GERAL

Acta Número Onze



----- Aos três dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez reuniu sob a presidência do Sr. Dr. Francisco Costa, pelas nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Reitoria da Universidade da Madeira, o Conselho Geral da Universidade da Madeira, conforme convocatória efectuada a dezanove de Novembro de dois mil e dez. -

----- Estiveram presentes os membros deste órgão que constam na folha de presenças em anexo, a qual, devidamente rubricada, faz parte integrante desta acta.-----

----- O Professor Doutor José Manuel Nunes Castanheira da Costa participou nesta reunião, sem direito a voto, na qualidade de Reitor da Universidade da Madeira. Esteve também presente o Sr. Professor Doutor Bernardo Vasconcelos para apoiar o Sr. Conselheiro Robin Farquhar na tradução simultânea dos assuntos tratados durante a reunião.-----

----- Nesta reunião registou-se a ausência previamente justificada da Senhora Conselheira Bárbara Vieira.-----

----- **Ponto um** da ordem de trabalhos, **Ratificação da Acta Número Dez do Conselho Geral.** O Sr. Presidente do Conselho Geral questionou os senhores conselheiros sobre a existência de alguma proposta de alteração a fazer à acta.-----

----- O Senhor Conselheiro Odílio Nóbrega lamentou a ausência em acta do seu protesto relativamente à não intervenção dos estudantes nos discursos da Sessão Solene de Abertura do Ano Académico, fazendo no entanto registar a resposta positiva no sentido de alterar o procedimento. Aceceu que tal constasse na acta que agora se redige.

----- A Senhora Conselheira Teresa Nascimento disse não conseguir compreender a posição do Senhor Conselheiro Robin Farquhar relativamente ao ponto quatro da acta número dez, na medida em que não era claro o sentido das suas palavras, ao que o Senhor Conselheiro Robin Farquhar respondeu que em língua Inglesa se encontrava correcto.-----

----- Nada mais havendo a registar, a acta número dez do Conselho Geral foi submetida à ratificação, tendo sido aprovada por maioria com zero votos contra, duas abstenções e dezassete votos a favor.-----

----- Concluída a votação da ratificação da Acta número dez, o Senhor Conselheiro António Brehm fez conhecer o seu desagrado face ao envio tardio dos documentos em análise e como tal informou o Conselho que apenas votaria os documentos enviados até dia vinte e dois de Novembro de dois mil e dez. -----

----- **Ponto dois** da ordem de trabalhos, **Informações**. Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral convidou o Sr. Reitor a prestar ao plenário as informações que considerasse relevantes o que foi feito nos seguintes termos:-----

----- **Ponto dois ponto um** da ordem de trabalhos, **Observatório de Emprego – Informação sobre os externos**. O Sr. Reitor informou o Conselho que decidira adiar a preparação do documento.-----

----- **Ponto dois ponto dois** da ordem de trabalhos, **Orçamento das Unidades (Base zero) – informação sobre as regras para a preparação dos orçamentos internos**. O Sr. Reitor informou o Conselho que este será um passo importante a tomar internamente, na medida em que devido à tardia aprovação do Orçamento de Estado, aos cortes efectuados a vinte e seis de Novembro, ao facto da DGO ter procedido a alterações de forma unilateral, ao facto de a Universidade ter dois milhões de euros cativos e ainda ao facto do artigo décimo sexto do OE introduzir um alerta acerca da possibilidade que há de, por incumprimento, se perder a autonomia financeira, a Universidade necessita de todo o rigor no cumprimento das medidas estabelecidas, face ao actual cenário macroeconómico.-----

----- **Ponto dois ponto três** da ordem de trabalhos, **Contrato de Confiança - informação sobre os números do Contrato de Confiança**. Relativamente a este ponto, o Sr.Reitor informou o Conselho de que a Universidade se encontrava a cumprir integralmente o Contrato de Confiança, ultrapassando os números estabelecidos para os Segundos Ciclos e encontrando-se em condições favoráveis para que o mesmo aconteça com os Cursos de Especialização Tecnológica. -----

----- **Ponto dois ponto quatro** da ordem de trabalhos, **Acreditação das Unidades Curriculares – informação sobre a evolução do processo**. O Sr.Reitor informou o Conselho que, dada a tardia entrega dos processos por parte das Unidades responsáveis, se viu obrigado a adiar a acreditação das unidades curriculares. -----

----- **Ponto dois ponto cinco** da ordem de trabalhos, **Universidade Sénior – informação sobre a sua regulamentação e funcionamento**. O Sr.Reitor informou o Conselho que a informação presentemente disponível se encontrava igualmente no documento facultado aos senhores conselheiros. -----

----- **Ponto dois ponto seis** da ordem de trabalhos, **Unidade de Validação da Formação – informação sobre as regras de funcionamento.** O Sr.Reitor informou o Conselho que a informação presentemente disponível nesta fase também se encontrava no documento facultado aos senhores conselheiros.-----

----- **Ponto dois ponto sete** da ordem de trabalhos, **Plano de Desenvolvimento dos Gabinetes – enquadramento no Plano Estratégico da Universidade.** O Sr.Reitor informou o Conselho que a informação presentemente disponível nesta fase se encontrava no documento facultado aos senhores conselheiros.-----

----- **Ponto dois ponto oito** da ordem de trabalhos, **Outras Informações.** Neste ponto o Sr.Reitor informou o Conselho de que o Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior reunira recentemente com os Reitores das Universidades Públicas Portuguesas a fim de alertar os responsáveis pelas instituições de ensino sobre os cortes que iria ter necessidade de efectuar. Informou ainda que a UMa efectuou já grande parte dos cortes necessários, mas podem vir a surgir novas medidas de restrição orçamental. Manifestou também forte preocupação com a possibilidade de agravamento da dívida acumulada dos alunos relativamente às propinas que na UMa orça já os quinhentos mil euros. -----

----- Terminada a exposição por parte do Sr.Reitor de todos os pontos de informação, foram por alguns senhores conselheiros levantadas algumas questões, nomeadamente no que respeita à cativação relativa aos projectos de investigação, tendo o Sr. Reitor informado que estes se manteriam como estão. Outras questões foram levantadas, como por exemplo, relativamente à Universidade Sénior, estabelecendo-se uma discussão entre o conceito de Universidade Sénior e Academia Sénior como a que hoje vigora na UMa em parceria com a Câmara Municipal do Funchal. A exemplo do que acontece noutras partes do país, as Universidades Sénior integram uma rede designada por RUTIS e possuem uma filosofia muito própria não só no que respeita à idade de frequência, como no que respeita à docência e aos conteúdos das unidades curriculares. Por sugestão do Senhor Conselheiro Robin Farquhar foi debatida a ideia de alargamento do acesso no que respeita à faixa etária. Por outro lado, foi por alguns conselheiros manifestada preocupação no que respeita aos créditos a atribuir e à possibilidade de os alunos poderem transitar para um Primeiro Ciclo. Foi ainda solicitado pelo Senhor Conselheiro José Carmo a alteração do termo *área disciplinar* para *área científica*.-----

----- **Ponto três** da ordem de trabalhos, **Regulamento Eleitoral do Conselho Geral.**

Este ponto suscitou ampla oposição relativamente à sua colocação em discussão e votação atendendo à data tardia em que o respectivo projecto foi enviado, nomeadamente por parte dos Senhores Conselheiros Jesus Maria Sousa e Odílio Nóbrega. Contudo, por decisão do Sr. Presidente do Conselho Geral, foram tiradas dúvidas e registados pedidos de alteração no que concerne aos artigos quarto e décimo oitavo, respectivamente Comissão Eleitoral e Eleição dos Membros. -----

----- Foi ainda apontada pelo Senhor Conselheiro Odílio Nóbrega a necessidade de, sobre este documento, se auscultar a AAUMa. -----

----- Na medida em que a discussão deste documento, nesta data, não reunia consenso, alguns dos senhores conselheiros solicitaram o adiamento da mesma, tendo sido esta proposta votada e aprovada por unanimidade. Por outro lado, foram suscitadas reservas quanto à possibilidade de presença dos actuais senhores conselheiros representantes dos estudantes em próxima reunião do Conselho Geral, por terminarem o seu mandato a quatro de Dezembro de dois mil e dez, situação esta que deverá ser objecto de parecer jurídico. A este propósito os referidos senhores conselheiros manifestaram a sua concordância antecipada com a orientação que vier a ser adoptada em função do referido parecer. -----

----- **Ponto quatro** da ordem de trabalhos, **Calendário Eleitoral para a eleição dos representantes dos estudantes no Conselho Geral**. A discussão e votação deste ponto foi igualmente adiada, com fundamentos semelhantes e em consonância com a decisão tomada no ponto anterior. -----

----- **Ponto cinco** da ordem de trabalhos, **Comissão Eleitoral para a eleição dos representantes dos estudantes no Conselho Geral**. Também pelos motivos antes referidos, ficou igualmente adiado este ponto de discussão na ordem de trabalhos. -----

----- **Ponto seis** da ordem de trabalhos, **Mapa de Férias – proposta de procedimento de marcação de períodos de férias**. Da discussão generalizada deste documento em torno de uma principal questão que se prende com a “substituição no cargo” por ausência de gozo de período de férias, nomeadamente das Direcções de Curso, foi proposto pelo Senhor Conselheiro Hélder Lopes a introdução do seguinte parágrafo na página seis: *“No caso dos Directores dos Cursos afectos aos Colégios, se se revelar impossível a designação de substituto, caberá ao Presidente do Colégio a indicação do mesmo.”* -----

----- Esta alteração foi votada e aprovada por maioria com um voto contra, uma abstenção e dezasseis votos a favor. -----

----- O documento foi depois votado e aprovado por maioria, com a inclusão desta alteração, com zero votos contra, uma abstenção e dezassete votos a favor – **deliberação número quarenta e nove/Conselho Geral/Universidade da Madeira**-----

----- **Ponto sete** da ordem de trabalhos, **Plano de Actividades para 2011 – proposta**. Neste ponto e em primeiro lugar, o Sr. Presidente do Conselho Geral deu a conhecer aos senhores conselheiros o parecer da Comissão do Conselho Geral para o Planeamento Estratégico e o parecer emitido pelos membros externos do Conselho, de acordo com o número sete do artigo décimo primeiro do Regulamento do Conselho Geral. -----

----- Deu igualmente a conhecer as posições de discordância dos Senhores Conselheiros Jesus Maria Sousa e Odílio Nóbrega relativamente ao teor do parecer emitido pela Comissão do Conselho Geral para o Planeamento Estratégico na qualidade de membros da referida comissão, posição essa justificada pelo envio tardio dos documentos. -----

----- Aberto o debate, foram vários os senhores conselheiros intervenientes, destacando-se as suas posições relativamente aos seguintes assuntos: na página seis era necessário proceder-se às correcções das datas relativamente aos anos lectivos em causa, o que foi aceite sem objecções pelo Sr.Reitor; nesta página, foram igualmente acordadas com o Sr.Reitor mais duas alterações no ponto três que incluem: a data de quinze de Janeiro transitar para trinta e um de Janeiro e a primeira frase ser alterada para a seguinte redacção final: *“Os Presidentes dos Centros de Competência comunicam à Reitoria...”*; foi ainda largamente discutido o facto de se estar a pedir, para o processo de acreditação das unidades curriculares, o preenchimento de fichas de autoria interna que não da autoria de um organismo devidamente acreditado para o efeito, colocando-se em causa todo o trabalho já efectuado. Neste aspecto o Sr.Reitor informou os senhores conselheiros que a agência de acreditação A3Es tinha como função avaliar e não elaborar documentos, mostrando-se aberto a sugestões e explicando que se encontrava a desenvolver esforços para que o Professor Sérgio Machado dos Santos especialista na matéria viesse à Universidade para colaboração neste domínio. Informou igualmente os senhores conselheiros de que previa vir a necessitar de adiar a acreditação dos cursos, mas não a acreditação das unidades curriculares. -----

----- A Senhora Conselheira Helena Jardim assinalou o que considerou constituir falta de cuidado na elaboração do documento relativamente à informação que concerne ao Colégio Politécnico, mencionando a total ausência de informação no que respeita aos CETs.

----- Nesta fase, o Senhor Conselheiro Odílio Nóbrega colocou a seguinte questão ao Sr.Reitor que solicitou que ficasse registada em acta: *“Segundo informação que detém, na Universidade há vários funcionários da manutenção que estão em fim de contrato e que, com as actuais medidas impostas, se desconhece como renovar os respectivos contratos. Como está a Reitoria a pensar resolver o assunto?”* Em resposta a esta preocupação do Senhor Conselheiro, o Sr.Reitor informou estar a par da situação, que admitiu ser preocupante, mas salientou que, perante o artigo décimo primeiro do OE nos seus pontos um e dois, não dispõe de nenhum instrumento a curto prazo para resolver o assunto. Mencionou ainda estar a estudar a situação. -----

----- Neste ponto foi ainda feito um alerta pelo Senhor Conselheiro Odílio Nóbrega relativamente ao facto de ainda não ter cartão de identificação de estudante, tendo sido pelo Sr.Reitor explicado que o facto se deve a ainda se aguardarem os cartões electrónicos emitidos pelo Banco Santander Totta.-----

----- Na medida em que este cartão possuirá um dispositivo electrónico que permitirá o controlo de entradas e saídas dos alunos nas salas de aula, perguntou a Senhora Conselheira Luísa Paolinelli se tal não constituiria uma invasão de privacidade. -----

----- Pelo Senhor Conselheiro José Carmo foi ainda levantada uma questão relativamente ao facto de ainda não se encontrar concretizada a Cátedra em Energia tendo o Sr.Reitor explicado que tal se devia a um pedido de adiamento por parte do Banco Santander Totta. -----

----- O documento, com as alterações antes mencionadas, foi submetido a votação e aprovado por maioria com um voto contra, sete abstenções e dez votos a favor – **deliberação número cinquenta/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- **Ponto oito da ordem de trabalhos, Medidas de corte e controlo de despesa para 2011 – Proposta de corte de despesas e medidas de contenção para 2011.** Neste ponto, o Sr.Presidente fez referência ao parecer emitido pela Comissão do Conselho Geral para os Assuntos Financeiros que fez distribuir. De seguida, por solicitação do Sr.Presidente, o Sr.Reitor explicou aos senhores conselheiros o teor do documento, contextualizando-o e realçando, por exemplo, o facto de os Serviços de Acção Social virem a integrar a Universidade, perdendo a sua autonomia financeira (as únicas excepções serão as Universidades de Lisboa e Porto). -----

----- No âmbito das políticas de contenção financeira, o Senhor Conselheiro David Caldeira alertou para o facto de todos os serviços que não sejam centrais deverem ser

contratados em *outsourcing*, a exemplo do que acontece já a nível mundial em muitos sectores de actividade. -----

----- O documento foi votado e aprovado por unanimidade – **deliberação número cinquenta e um/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- **Ponto nove** da ordem de trabalhos, **Orçamento para 2011 – Apresentação**. Neste ponto, o Sr.Presidente do Conselho Geral voltou a informar e a distribuir ao plenário o parecer emitido pela Comissão do Conselho Geral para os Assuntos Financeiros. De seguida, solicitou igualmente ao Sr.Reitor que apresentasse o documento em debate, o qual, por sua vez, solicitou a presença do Sr.Vice-Reitor Professor Doutor Miguel Xavier e da Sra.Administradora, Dra.Carla Cró, para prestarem explicações técnicas adequadas. -----

----- Da sua apresentação do documento salienta-se o reforço das ideias previamente transmitidas pelo Sr.Reitor no que respeita quer às datas da discussão e implementação do Orçamento de Estado, quer às sucessivas alterações efectuadas pela DGO de forma unilateral, sem deixar à Universidade margem para negociação. A Sra. Administradora realçou a existência de grandes valores cativados, o facto de não ser possível solicitar reforço e ainda a contingência de que em caso de incumprimento, poder ser accionado o disposto no artigo décimo sexto, onde se prevê a perda de autonomia financeira.-----

----- A necessidade de se implementar desde já o *Orçamento Base 0* é uma realidade e como tal há que sensibilizar a comunidade académica para o seu cumprimento. Em reforço da intervenção da Dra.Carla Cró, o Senhor Conselheiro Eduardo Jesus explicou sucintamente que o *Orçamento Base 0* terá que ser acompanhado pelo rigor no procedimento relativamente aos pressupostos: identificar necessidades, quantificá-las e calendarizar a sua satisfação. De todo o modo, será a análise final da conta de gestão que ditará o rigor com que foi implementado.-----

----- Foi igualmente questionado o motivo porque se congelaram os saldos anteriores. A realidade é que assim foi ditado pela DGO e embora a lei não preveja sanções directas na sua utilização, o Tribunal de Contas poderá fazê-lo. -----

----- Traçado o panorama principal do orçamento apresentado tendo por base a realidade actual, ficou claro que o período é de restrição, que há fortes limitações impostas pelo ministério da tutela e que nesta fase há apenas um orçamento global que será agora organizado e distribuído pelas diversas rubricas internas e apresentado para discussão e aprovação na próxima reunião do Conselho Geral. -----

----- Por parte de alguns senhores conselheiros foi manifestada grande preocupação no que respeita à oferta formativa, tendo sido introduzidas duas alterações no texto do documento na página dois em: *Objectivos, Racionalização da oferta formativa:* -----
----- *Consolidação da oferta de Primeiro, Segundo e Terceiros Ciclos de Estudo;* -----
----- *Desenvolvimento de um programa no âmbito da formação contínua.*-----
----- Terminada a discussão e satisfeitos os esclarecimentos necessários, ausentaram-se nesta altura os Srs. Vice-Reitor e Administradora. -----
----- Nesta fase, o Sr.Reitor deixou um agradecimento ao trabalho e esforço desenvolvido pela sua equipa. -----
----- O Sr.Presidente do Conselho Geral, por ter acompanhado de perto as dificuldades sentidas e a evolução da situação, reiterou o agradecimento.-----
----- O documento, com as alterações referidas, foi submetido a votação e aprovado por maioria com zero votos contra, uma abstenção e dezasseis votos a favor – **deliberação número cinquenta e dois/Conselho Geral/Universidade da Madeira** ----
----- **Ponto dez** da ordem de trabalhos, **ETI e contratações para 2011 – Proposta de distribuição do ETI docente pelas Unidades Orgânicas para 2011.** O Sr. Presidente do Conselho Geral voltou a dar a conhecer e a distribuir ao Conselho o parecer da Comissão para os Assuntos Financeiros. De seguida solicitou ao Sr.Reitor que esclarecesse o plenário sobre o documento em discussão. -----
----- Iniciou-se então o debate sobre a questão central da Medida dois, página onze: como distribuir os setecentos mil euros dotados para custos com pessoal docente convidado. Centrado na forma como seriam efectuadas as diversas propostas dos Centros de Competência e a quem caberia a decisão final, foram acordadas as seguintes alterações ao documento relativamente ao seu ponto um, concretizando-se a sua redacção final em: *“As propostas de contratações, com o conjunto de vagas a preencher, são subscritas pelos Presidentes dos Centros de Competência, (...), cabendo a decisão final ao Reitor.”* -----
----- Nesta Medida dois foram ainda reajustados os prazos previstos no ponto três, alíneas i) e ii) em que a data de 30 de Dezembro de dois mil e dez, transita para trinta e um de Janeiro de dois mil e onze. -----
----- Esta alteração foi votada e aprovada por maioria com quinze votos a favor e dois votos contra. -----

----- O documento, com as alterações antes referidas, foi submetido a votação e aprovado por maioria com zero votos contra, uma abstenção e catorze votos a favor – **deliberação número cinquenta e três/Conselho Geral/Universidade da Madeira**-----

----- **Ponto onze** da ordem de trabalhos, **Gestão de Riscos e Corrupção e Infracções conexas – Proposta de Plano**. O Sr.Presidente do Conselho Geral solicitou ao Sr.Reitor a explanação do documento em discussão, tendo o Sr.Reitor se debruçado em primeira mão sobre o facto de ser um documento solicitado pelo ministério da tutela sob orientação do Tribunal de Contas.-----

----- Os senhores conselheiros colocaram algumas questões como a necessidade da existência do documento; se o Reitor estaria incluído nos visados; se irá funcionar na prática ou se é apenas mais um documento; se a metodologia a aplicar é a metodologia mais apropriada no que concerne à análise de risco e frequência.-----

----- Reforçada a necessidade do documento por solicitação da tutela e do Tribunal de contas, foi o documento votado e aprovado por maioria com zero votos contra, cinco abstenções e onze votos a favor – **deliberação número cinquenta e quatro/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- **Ponto doze** da ordem de trabalhos, **Planos de Pagamentos para Estudantes – Plano para estudantes com dificuldades de pagamento de propinas em 2010**. A pedido do Sr.Presidente do Conselho Geral, o Sr.Reitor explicou a necessidade deste documento, face à actual realidade económica que o país atravessa. Nesse sentido, solicitou a presença do Sr.Vice-Reitor Professor Doutor Miguel Xavier devido à sua familiarização com o processo. Na sua exposição o Sr.Vice-Reitor explicou a necessidade de tomada de medidas devido ao facto de a UMa ter duzentos e cinquenta mil euros em dívidas de propinas dos alunos para com a instituição, contabilizados desde dois mil e sete até à data. Disse que, para evitar o agravamento da situação, foram apurados os motivos que estão na origem desta dívida, tendo-se criado um conjunto de medidas que possam ajudar o aluno a prosseguir os seus estudos, se assim for sua intenção, estabelecendo-se um forte compromisso entre o próprio e a instituição. Sustentou que não há forma de se contornar o assunto perdoando a dívida ou tão pouco parte dela, pelo que outras medidas tiveram que ser encontradas. -----

----- Após ter prestado os devidos esclarecimentos, o Sr.Vice-Reitor ausentou-se. -----

----- O documento foi discutido, votado e aprovado por unanimidade - **deliberação número cinquenta e cinco/Conselho Geral/Universidade da Madeira**-----

----- **Ponto treze** da ordem de trabalhos, **Outros assuntos**. Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral perguntou aos senhores conselheiros se possuíam mais algum assunto que quisessem colocar à discussão, tendo o Senhor Conselheiro Odílio Nóbrega solicitado a palavra para, em final de mandato, colocar na mesa algumas suas preocupações, nos termos seguintes:-----

----- Alerta para a necessidade de entregar em tempo útil e a todos os Conselheiros os documentos em agenda no Conselho Geral;-----

----- O facto de aguardar desde Novembro de dois mil e nove documentos que solicitou sobre as equivalências dos Segundos Ciclos, sobre as Actas das Direcções de Curso e sobre os Planos Orçamentais e de Execução destas Direcções de Curso;-----

----- Alerta para o atraso no lançamento de notas em pauta que, no primeiro semestre do ano lectivo de 2009/2010, ultrapassou a época de recurso, tendo o mesmo ocorrido no segundo semestre do mesmo ano lectivo;-----

----- Alerta para as taxas suplementares instituídas aos alunos que, simultaneamente, necessitam de frequentar o Primeiro e Segundo Ciclos;-----

----- Alerta para o que considera constituir exorbitância dos emolumentos cobrados pela UMA para actos de reclamação;-----

----- Alerta para o facto de haver Cursos que, sem razão aparente, se encontram fora da tutoria dos Colégios;-----

----- Alerta para os Editais, em concreto, para a existência de alunos que tendo terminado o Primeiro Ciclo e que, impreterivelmente, têm que frequentar um Segundo Ciclo para poderem aceder ao exercício de certas e determinadas profissões, continuam sem possibilidade de ver garantido o acesso às vagas criadas na sua própria academia (UMA) e por isso ficam de fora;-----

----- Alerta para o facto de, em alguns Segundos Ciclos, considerados de especialização, conceder-se acesso a alunos que nada têm que ver com as áreas em questão;-----

----- Alerta para o facto de haver docentes que não estão a cumprir a regra de fazer os trabalhos passarem pelo detector de plágio;-----

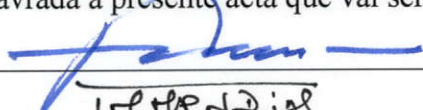
----- Alerta para o facto de, independentemente da UMA já ter anunciado que está a preparar um plano de emergência para os edifícios, não se compreender porque é que no edifício da Penteada continua haver portas de emergência bloqueadas, nomeadamente as da Biblioteca.-----

----- Finalmente e na medida em que se encontra em final de mandato, fez um agradecimento ao Sr.Reitor, aos Senhores Conselheiros e ao Sr.Presidente do Conselho Geral por tudo aquilo que aprendeu e lhe foi proporcionado.-----

----- Os agradecimentos foram mútuos tendo o Sr.Presidente do Conselho Geral realçado e agradecido o trabalho desenvolvido pelos senhores conselheiros representantes dos estudantes e o empenho colocado ao serviço da Universidade no seio do Conselho Geral. -----

----- O Sr. Presidente do Conselho Geral, perguntou aos senhores conselheiros se era por eles dado à mesa um voto de confiança para elaboração da acta, produzindo esta, efeitos imediatos e devendo ser ratificada na próxima reunião do Conselho Geral, voto este que mereceu a concordância unânime dos presentes.-----

----- E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, dela tendo sido lavrada a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente e por mim que secretariei.---



Interpretado